

## Câmara pode votar urgência do PL do ensino domiciliar nesta terça-feira (17)

A Câmara dos Deputados deve votar, nesta terça-feira (17), o requerimento para a urgência da tramitação do Projeto de Lei (PL) nº 2401/2019, que autoriza o ensino domiciliar, o chamado homeschooling. A proposta, amplamente defendida pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e pelos setores mais conservadores da sociedade, em especial, fundamentalistas religiosos, é rejeitada por entidades que defendem a educação, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que já mobilizou sindicatos para pressionar parlamentares a votar contra o PL. Ensino domiciliar é retrocesso de 100 anos, afirmam dirigentes da entidade.

Se urgência for aprovada, o PL vai para votação no Plenário da Câmara sem ser apreciado nem analisado nas comissões. A CNTE orientou cada sindicato filiado a pressionar os deputados em seus estados, em suas bases, para que a sociedade esteja envolvida na mobilização. Além disso, já há uma grande mobilização em todo o país, que reúne diferentes setores da sociedade, inclusive alas religiosas, que denunciam os retrocessos que o ensino domiciliar trará.

“Temos que resistir e lutar contra este projeto, pressionar os parlamentares para não cometerem este crime contra a educação brasileira”, diz a secretária de Assuntos Educacionais da CNTE, Guelda Andrade.

“Educação familiar é muito diferente de educação como cons-

trução de conhecimento, quem aprova um projeto dessa natureza não tem dimensão do que é o processo educacional no espaço da escola”, acrescenta a dirigente.

A ação contra o projeto é urgente já que o Centrão, ala que reúne partidos que apoiam o presidente, entre eles o PP do presidente da Câmara, Arthur Lira, de Alagoas, ainda resiste em abandonar a pauta para agradar Bolsonaro.

“O governo tem pressa em votar a educação domiciliar para prestar conta aos evangélicos radicais e isso é prova de que ele não governa para a maioria. Governar para a minoria, atende projetos individuais”, diz Guelda Andrade.

Uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos em Opinião Pública (Cesop/Unicamp) e pelo Datafolha, divulgada nesta segunda-feira (16), mostra que 78,5% da população discordam de os pais terem o direito de tirar os filhos da escola para educá-los em casa.

“As crianças têm o direito de se socializar, de ter um conhecimento mais amplo, para além dos credos e crenças da família. Isso promove um aprendizado em maior escala. Os pais não podem achar que sua verdade é absoluta”, afirma Guelda que reforça “seria um retrocesso de 100 anos na educação brasileira”.

Em nota, a CNTE critica o método, afirmando que a pauta não tem fundamentos técnicos e reforça que tem por objeto agradar parcela reduzida da sociedade

“que despreza a importância da escola para a formação cidadã de crianças e jovens, especialmente para promover o respeito às diferenças e para ampliar o conhecimento a partir de diferentes teorias epistemológicas, em oposição ao negacionismo científico e ao obscurantismo que tomou conta das políticas públicas no Brasil”

Fonte: CUT

### ASSEMBLEIA POR LOCAL DE TRABALHO – TEM - SRTE/MA

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2022

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão – SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, convoca os associados em gozo dos seus direitos estatutários e convida os(as) demais servidores(as) da SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA - SRTb/MA, para participarem da Assembleia por Local de Trabalho, no dia 19 de Maio de 2022, às 11h, na área de atendimento da SRTE, sito à Avenida Kennedy, 150 - Centro, nesta, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1- Informes e 2- Greve.

São Luís/MA, 17 de Maio de 2022.

João Carlos Lima Martins,  
Presidente.

### AÇÃO ANUÊNIOS / FUNASA

Ação para contabilização do tempo de serviço celetista no anuênios da FUNASA (Ativos e Aposentados)

CLICK AQUI

E PESQUISE SE O SEU NOME ESTÁ NESTA AÇÃO



## Pesquisas afirmam que sintomas pós-covid afetam a memória e sequelas podem durar mais de um ano

Após analisar pacientes que tiveram covid, os resultados de duas pesquisas brasileiras surpreenderam: o primeiro estudo, realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Minas, revelou que metade das pessoas diagnosticadas com covid-19 apresentam sequelas que podem durar mais de um ano. Já a pesquisa feita na Rede Sarah constatou que todos os participantes apresentaram algum grau de perda de memória.

Segundo os pesquisadores da Fiocruz Minas, foram identificados 23 sintomas após o término da infecção aguda. Dos 646 pacientes monitorados, 35,6% relataram ter fadiga, que é caracterizada por cansaço extremo e dificuldade para realizar atividades rotineiras. Outras sequelas relatadas foram tosse persistente (34%), dificuldade para respirar (26,5%), perda do olfato ou paladar (20,1%), dores de cabeça frequentes (17,3%) e trombose (6,2%). Foram constatados ainda transtornos como insônia, relatada por 8% dos pacientes acompanhados, ansiedade (7,1%) e tontura (5,6%).

Em entrevista ao portal Agência Brasil, a pesquisadora Rafaella Fortini, que coordena o estudo, declarou que muitos dos sintomas persistiram durante os 14 meses, com algumas exceções, como a trombose, da qual os pacientes se recuperaram em um período de cinco meses, por terem sido devidamente tratados por meio de intervenções médicas adequadas. “É importante



buscar os serviços de saúde para o tratamento da covid longa, até mesmo no caso de sequelas mais leves, que também podem interferir na qualidade de vida”, lembrou Fortini.

Sobre o estudo realizado pela Rede Sarah – entre abril de 2021 e janeiro de 2022, com 614 pacientes que tiveram Covid – foi registrado, além da perda da memória, sequelas desconhecidas da doença, como deficiências na concentração, atenção e fluência verbal. A pesquisa apontou ainda aumento nos níveis de ansiedade (46%) e depressão (29%). A média de idade dos pacientes com esses problemas é de 47,6 anos e a maioria é de mulheres. As sequelas afetam tanto quem teve Covid grave, quanto os casos leves.

Ambos os estudos mostraram que as sequelas podem durar mais de um ano, caracterizando o que a Organização Mundial de Saúde (OMS) classifica de “Covid longa”.

**CAPACITAÇÃO** - Desde o início da pandemia, especialistas alertam para a necessidade de se acompanhar os pacientes que fica-

ram com alguma sequela, pois condições com duração indeterminada requerem intervenções específicas. Dessa maneira, a capacitação “Reabilitação do paciente com condições pós-covid” segue com inscrições abertas até 3 de outubro.

O curso do Ministério da Saúde, em parceria com a Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED-UFMA), por meio da Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS-UFMA) e Grupo SAITE (CNPq-UFMA), é destinada a médicos, fisioterapeutas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, fonoaudiólogos, nutricionistas, assistentes sociais e profissionais das equipes da Atenção Primária à Saúde. O curso tem carga horária de 45 horas e início imediato, sendo ofertada na modalidade à distância (autoinstrucional) por meio do ambiente virtual de aprendizagem da UNA-SUS-UFMA. O certificado é gratuito, reconhecido pelo MEC e validado pela UFMA.

Fonte: UFMA